

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

SOB A ORIENTAÇÃO DO OFICIAL ADMINISTRATIVO ISIDORO ZANOTTI

UNESCO

ISIDORO ZANOTTI.

I

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A MENTE humana, em última análise, é que decide da guerra ou da paz. Para a conservação de relações amistosas entre indivíduos ou entre povos, há que tratar da mente dos homens. Por isso mesmo, no preâmbulo da Constituição da UNESCO está dito que “nascendo as guerras no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”; que “a incompreensão mútua dos povos foi sempre, no curso da história, a origem da suspeita e da desconfiança entre as nações, razão pela qual seus desacordos degeneram freqüentemente em guerra”.

A Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas — UNESCO, segundo as iniciais da designação em inglês — *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, instituída em face de convenção assinada em Londres, a 16 de novembro de 1945, é um dos mais fortes e decisivos elementos que procuram estabelecer a compreensão internacional e, assim, a paz e a cooperação entre as diversas nações.

Vê-se, daqueles dois pequenos trechos da Constituição da UNESCO, a importância com que é encarado o espírito. Através da educação, ciência e cultura, podem os povos criar melhores condições de convivência. Ao alcançar uma era mais calma e em que as atividades positivas e pacíficas tenham todos os estímulos, a humanidade poderá seguir com mais tranqüilidade o curso de sua vida, tantas vezes perturbada pelas guerras, revoltas e agitações.

Idéias, sentimentos, objetivos, programas — dirigidos para a compreensão internacional, a reabilitação educativa, científica e cultural, a formulação e adoção de novas concepções de vida, de estilos mais adequados e baseados nos elementos estáveis e valores reais do ente humano — são empreendimentos que hão de tornar mais feliz a espécie humana.

Dentro dessas bases é que a UNESCO está operando. Sua atividade é grandiosa, benéfica e necessita da cooperação de todos os povos, dos governos, das organizações privadas, das pessoas

em geral. Qualquer trabalho realizado em tal setor merece a gratidão da UNESCO e é de utilidade para quem o efetua, porque o estabelecimento de relações pacíficas entre os povos aproveita a cada ser humano de per si.

Mobilizar e estimular vontades e idéias, organizar e executar programas — para colaborar no incremento da compreensão mútua dos povos, imprimir vigoroso impulso à educação popular e à expansão da cultura, manter, aumentar e difundir o saber — são tarefas da UNESCO, empreendimentos de marcante significação para a história, que julgará dos labores de nossa civilização em favor da compreensão e da paz internacionais.

ÓRGÃOS PRECURSORES DA UNESCO

Em 1921, Leon Bourgeois apresentou à Liga das Nações um programa de cooperação na base de estudo, idéias e artes. A Liga criou um Comité Internacional de Cooperação Intelectual, cujo primeiro presidente foi o filósofo Henri Bergson.

No fim de 1924, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual foi instituído em Paris. Este órgão exerceu atividades diversas — cuidou do intercâmbio internacional de estudantes, professores, escritores e outros profissionais até o advento da segunda guerra mundial. Deixou de existir a partir da criação da UNESCO.

O Bureau Internacional de Educação foi fundado em 1925, como instituição privada e transformado em órgão intergovernamental em 1929. Objetivo do Bureau: Servir de centro de informação para tudo que diz respeito à educação, a fim de que cada país possa beneficiar-se das experiências dos outros membros. Fazem parte desse organismo: Argentina, Áustria, Bélgica, Colômbia, Egito, Equador, Espanha, França, Guatemala, Hungria, Iran, Itália, Polônia, Portugal, România, Suíça, Tchecoslováquia, Finlândia.

Atividades: Durante a guerra, criou um serviço de auxílio intelectual aos prisioneiros de guerra e chegou a conseguir 600.000 volumes científicos e literários. Publica uma coleção de estudos de educação comparada, um boletim tri-

mestral, serviço bibliográfico, comunicados à imprensa pedagógica e anuário internacional de educação e ensino. Possui exposição permanente de instrução pública. Convoca, desde 1933, uma conferência internacional de instrução pública. A de 1947 foi convocada com a UNESCO; 42 governos participaram da Conferência, que, como as anteriores, votou uma série de recomendações aos Ministros de Educação.

O Bureau assinou acôrdo com a UNESCO e tem sede na Suíça, em Genebra.

PROVIDÊNCIAS TOMADAS PARA A INSTITUIÇÃO DA UNESCO

Conferência dos Ministros de Educação dos países aliados — Londres, 1942

O Conselho Britânico enviou convites aos governos dos países aliados europeus e sob o regime nazista, para a primeira reunião da Conferência dos Ministros de Educação, em Londres, aos 16 de novembro de 1942. Participaram da reunião: Bélgica, Tchecoslováquia, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Polónia, Iugoslávia e o Comité Nacional Francês. Havia observadores dos domínios britânicos, da Rússia, China e dos Estados Unidos da América.

Durante os dez primeiros meses, a Conferência funcionou como órgão informativo e consultivo. Seu trabalho foi feito por comissões, que relatavam ao plenário. Em outubro de 1943, a Conferência criou um Bureau Interaliado, para servir como Comité Executivo.

No primeiro ano de existência, a Conferência não possuía orçamento. Seus serviços de secretaria foram providos pelo Conselho Britânico, e a Junta de Educação da Grã-Bretanha forneceu a sede para as reuniões. Em virtude, porém, de estar sendo formulado um programa de atividades, por terem aumentado os trabalhos da Conferência e das respectivas comissões, tornou-se necessária a adoção de uma política financeira estável. O primeiro dever do Bureau Interaliado era providenciar a adoção de um orçamento.

COOPERAÇÃO NAS MATÉRIAS EDUCATIVAS

Antes de reunir-se a Conferência, alguns governos — Grã-Bretanha e Holanda, Bélgica e França, já tinham feito acôrdos bilaterais concernentes aos respectivos interesses educacionais. Foi combinado que, mesmo depois da organização da Conferência, os acôrdos deveriam continuar a ser feitos entre os governos.

Organizou a Conferência a Comissão de Convenções Culturais, que passou a examinar tratados e acôrdos educacionais em existência, e a submeter algumas recomendações gerais, como as relativas à forma e ao conteúdo de tais convenções.

FINALIDADES DA CONFERÊNCIA

Os objetivos da Conferência eram: 1) Cuidar da restauração dos recursos educacionais e culturais nos países aliados devastados; 2) formar planos para uma *organização geral interaliada destinada à cooperação nas matérias educacionais e culturais*, para o período de post-guerra. Os trabalhos das comissões foram dirigidos para esses fins, especialmente para o primeiro. A restauração dos recursos educacionais e culturais foi tratada em três principais categorias: a) auxílios materiais; b) restauração da arte e dos materiais de arquivo; c) treino, intercâmbio e suprimento de pessoal, professores e outros trabalhadores profissionais.

Os países aliados ocupados pelo inimigo deveriam ter imediata necessidade de reabrir escolas e outras instituições educacionais, logo que readquirissem a liberdade. Não podia haver sociedade estável enquanto crianças precisavam de escolas, que deveriam ser reestabelecidas.

Nos últimos meses de 1942 e no começo de 1943, primeiros meses da Conferência, portanto, a libertação parecia remota, mas deviam ser feitos planos para o futuro.

O preparo desses planos era difícil. Não era fácil para um governo no exílio saber, com certa segurança, o que era exigido no respectivo país.

COMISSÃO DE LIVROS E PERIÓDICOS

A Conferência criou, em janeiro de 1943, a Comissão de Livros e Periódicos e a seu cargo ficou a determinação das necessidades de material das instituições educacionais.

Essa Comissão, com seus Comités e Subcomités, foi uma das mais ativas da Conferência. Tomou medidas de várias espécies, relativas à cooperação intelectual.

SUPRIMENTO DE MATERIAIS

O suprimento de emergência de materiais básicos de escola tinha impressionado o observador norte-americano, como um dos mais importantes problemas de reconstrução, do qual a Conferência deveria tratar. Ele relatou esse fato ao Departamento de Estado. E quando este decidiu enviar uma Delegação para colaborar com a Conferência, essa fase da reabilitação educacional foi acentuada. Os Delegados dos Estados Unidos foram instruídos no sentido de fazerem recomendações sobre: auxílio na obtenção de suprimento para escolas; aparelhamento científico, livros, meios visuais e auditivos para auxílio no ensino; restauração e restituição de objetos artísticos e material de arquivo; assistência no treino de pessoal para a educação e reconstrução cultural.

A Conferência criou novo órgão — Comissão de Suprimentos e Equipamentos Básicos.

Para calcular as necessidades escolares no período de reabilitação, foram apresentados questionários a cada Ministro de Educação ou seu representante. O primeiro foi para um estudo da população: limites de idade de educação compulsória; número de crianças em idade escolar nos diferentes estágios — primário, secundário e universitário; o número, nesses diferentes grupos, de estudantes registrados no último ano. Outro questionário era destinado a apurar as necessidades de material, para o ensino primário, secundário e universitário. A cada país foi pedido, também, que fornecesse um cálculo da soma que seria capaz de pagar e a quantia que tinha de ser gasta no exterior, em suprimentos que se não obteriam no país.

Ficou reconhecido que seria difícil o suprimento de livros de textos. Materiais, papéis e tinta eram escassos, e a maquinaria para a impressão não seria obtida com facilidade.

O suprimento de material escolar fez com que a Conferência entrasse em contato com outras agências aliadas: o Exército e a UNRRA.

O suprimento de equipamento científico para laboratórios de escolas e universidades, para o ensino e pesquisa, constituiu uma necessidade premente no campo do suprimento geral educacional.

Os instrumentos científicos de toda espécie eram procurados pelos alemães, para suas próprias indústrias de guerra e laboratórios técnicos. As escolas e universidades dos países ocupados tinham sido completamente despojadas de todo o equipamento essencial para o ensino das ciências e para pesquisa.

AUXÍLIOS VISUAIS

O uso de filmes e outros auxílios visuais, bem como o rádio, fizeram rápido progresso durante a guerra, e muito interesse apareceu no uso desses meios para os propósitos de educação de post-guerra. A experiência com os auxílios visuais nos programas de treinamento do exército e da marinha de diferentes países, sugeriu a possibilidade de grande progresso nos métodos de ensino. A Conferência expressou interesse na criação de uma Comissão de Filmes e Auxílios Visuais.

LIVROS E PERIÓDICOS

Os planos primeiramente desenvolvidos pela Comissão de Livros e Periódicos foram relativos, quase exclusivamente, aos ajustes para suprimento de materiais ingleses aos países aliados. Disseminação através dos países aliados de materiais concernentes à literatura inglesa e aos meios de conhecimento da cultura inglesa, foi o propósito do Conselho Britânico, que tinha preparado uma lista de 1.000 livros e outra de 350 periódicos publicados na Inglaterra desde 1939.

OBJETOS DE ARTE

A Conferência esteve interessada, também, na proteção das obras de arte e na restituição dos tesouros artísticos, livros valiosos e manuscritos. Para isso, estabeleceu, em abril de 1944, um Comité de Proteção e Restituição do Material Cultural.

PREPARO DE PESSOAL

O preparo de professores e de outros profissionais para o trabalho a ser executado depois que a guerra acabasse, era matéria que interessava os Ministros de Educação dos países aliados. Não havia comissão organizada para o estudo desse problema, que foi considerado pela Conferência em sessões gerais. Auxílio para o treino de pessoal profissional — foi um dos assuntos especialmente recomendados pelo Departamento de Estado americano à atenção da sua Delegação.

ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Muitos membros da Conferência verificaram que era necessária a existência de uma organização internacional de educação.

O Sr. Ralph Turner, observador norte-americano, estava profundamente interessado na transformação da Conferência em uma *Organização de todas as Nações Unidas*. O Bureau Interaliado havia designado um subcomité para relatar a respeito de várias propostas que tinham emanado de outras organizações internacionais, tais como o Bureau Internacional de Educação, de Genebra, Comité dos Estados Unidos sobre reconstrução

educacional, associação de colégios americanos e outras organizações.

No comêço de abril de 1944, a Conferência aceitou a sugestão da Delegação dos Estados Unidos, para discutir o estabelecimento de uma *organização das Nações Unidas para tratar dos problemas educacionais e culturais no período de reconstrução*. Após duas sessões, ficou combinado que todas as propostas e emendas fossem submetidas a um Comité, para que apresentasse relatório à Conferência. Esta, nos últimos dias de abril de 1944, aprovou o *projeto de Constituição de uma organização das Nações Unidas destinada à reconstrução educacional e cultural*.

No preâmbulo desse documento está dito, em resumo, o seguinte :

A insensível e deliberada destruição, pelos governos fascistas, dos recursos culturais de grandes partes dos continentes europeu e asiático; o assassinio de professores, artistas, cientistas e líderes intelectuais; a queima de livros; a pilhagem e mutilação dos trabalhos de arte; o roubo dos arquivos e do aparelhamento científico — criaram condições perigosas à civilização e, portanto, à paz, não somente nos países devastados pelas forças fascistas, mas em todo o mundo.

As Nações Unidas pretendem, portanto, reunir-se agora numa organização para a reconstrução educacional e cultura, a fim de reparar, em tudo que for possível, o dano causado à cultura pelas forças fascistas, e criar um organismo internacional, tendo em consideração que a livre e irrestrita educação dos povos e o livre e irrestrito intercâmbio de idéias e conhecimentos, são essenciais à preservação da paz e segurança.

CONFERÊNCIA DE SÃO FRANCISCO — 1945

Na Conferência de São Francisco, de que resultou a Carta das Nações Unidas, a China propôs que as relações educacionais e culturais deviam ser definitivamente incluídas na área de interesses e atividades das Nações Unidas; foi proposta uma recomendação por quatro governos. A delegação francesa sugeriu que uma conferência devia ser convocada para estabelecer uma organização com esse fim.

EXAME DO PROJETO FEITO PELA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DE EDUCAÇÃO

O projeto foi revisto pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e distribuído para estudo a várias conferências de educadores e a outros técnicos. Em abril de 1945, foi submetido à Conferência dos Ministros de Educação dos países aliados, com as sugestões apresentadas. Depois de ser estudado e discutido por esse órgão o documento em apreço, o governo britânico, em associação com o governo francês, convidou os membros das Nações Unidas para a Conferência de novembro de 1945, fazendo circular, para consideração, o texto das propostas que tinham resultado desse estudo longo e persistente.

CONFERÊNCIA DE LONDRES — NOVEMBRO DE 1945

Afinal, no dia primeiro de novembro de 1945, cerca de 250 delegados e assessôres procedentes de 44 países membros das Nações Unidas, reuniram-se em Londres.

O Primeiro Ministro britânico — Sr. Clement Attlee, saudando os delegados, usou da seguinte frase, que foi muito repetida durante a Confe-

rência e incorporada no preâmbulo da Constituição da UNESCO: "As guerras nascem nos espíritos dos homens".

A mudança no nome da organização — de Educativa e Cultural das Nações Unidas, usado em todos os documentos preparatórios, para — Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas — foi, em parte, em virtude da utilização da bomba atômica, do desenvolvimento da pesquisa sobre a energia atômica. Organizações de cientistas de vários países insistiram que deviam ser especialmente designados no título, se eles tivessem que operar através da nova organização. Os cientistas já tinham várias organizações em funcionamento no campo internacional.

Dominava na Conferência a idéia de que a Constituição deveria ser modelada em termos de propósitos gerais e largo esboço de estrutura e modos de funcionamento, sem completa ou detalhada descrição de todas as atividades educacionais que podiam ser empreendidas. A delegação norte-americana entendia que a nova organização deveria ser amplamente democrática na forma e na ação, que a mesma deveria representar as necessidades dos povos e não meramente os governos do mundo; e que deveria estar em contato com os povos através de instrumentos de comunicação comum — imprensa, rádio, etc. A educação deveria ser um auxílio para a compreensão entre os povos e não apenas intercâmbio de escolares e pesquisadores.

PROJETO FRANCÊS APRESENTADO À CONFERÊNCIA DE LONDRES

Sempre esteve preocupada a França com os assuntos culturais. Em Paris, funcionou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Assim, para a Conferência que iria discutir o problema da criação de um órgão mundial incumbido dos assuntos educacionais, científicos e culturais, desejou o governo francês apresentar um projeto a respeito e o trabalho produzido bem representa o alto grau da intelectualidade francesa.

Consta do preâmbulo desse projeto que as Nações Unidas devem fazer triunfar, no mundo inteiro, os princípios de liberdade, de igualdade e fraternidade. As relações entre os povos têm estado, constantemente, viciadas pela incompreensão e o preconceito, e que, portanto, através do intercâmbio de pessoas e de livre circulação do pensamento, é preciso estimular os sentimentos de solidariedade universal e criar um clima internacional de confiança e de paz. A educação dos povos é um dever sagrado que todas as nações democráticas devem cumprir e, para isso, auxiliar-se mutuamente, com todos os recursos. A especialização crescente, em todos os domínios do conhecimento, torna mais necessária uma organização internacional da documentação e do intercâmbio, e o progresso das ciências requer coordenação mais estreita entre os sábios e os pesquisadores de todos os países.

FUNÇÕES E OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO, DE ACÓRDO COM O PROJETO FRANCÊS

Para criar o espírito de paz no mundo, a Organização manteria contatos, intercâmbio de idéias e de pessoas, de modo que favorecessem a compreensão mútua entre os povos. A Organização se esforçaria para estabelecer, em todos os países, contatos com a imprensa, o rádio e com todos os outros elementos que contribuem para formar o espírito público e a opinião, a fim de os ajudar

para a melhor compreensão e execução das respectivas tarefas, e de suscitar nêles novo sentimento de responsabilidade. Estabeleceria todos os acordos diplomáticos necessários ao intercâmbio livre dos conhecimentos e das informações.

Para promover, em cada Estado, a educação do povo e a difusão da cultura, a Organização instituiria a colaboração nos planos de estudos, programas e métodos pedagógicos. Sem intervir nas concepções pedagógicas das diferentes nações, procuraria obter o seu consentimento, aproximação, conciliação, de modo que fôsse permitida a equivalência de diplomas, o intercâmbio de professores e de estudantes.

Com o fim de favorecer o progresso dos conhecimentos, especialmente das ciências técnicas e o desenvolvimento da cultura, a Organização reuniria comitês de técnicos. A Organização definiria os direitos dos intelectuais e prepararia todas as convenções internacionais destinadas a protegê-los.

ÓRGÃOS

Ficaria assim constituído esse organismo: Conferência Geral, Comité Diretor, Secretariado e Instituto de Cooperação Intelectual. As funções do Secretariado seriam exercidas pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, criado em dezembro de 1924. O Diretor do Instituto seria o Secretário Geral da Organização.

Foi preocupação dos autores do projeto manter o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual.

O projeto francês era liberal. Permitia que, na Conferência Geral, tomassem parte representantes das artes, letras, ciências técnicas, ciências sociais, etc. Havia o desejo de obter a cooperação ampla, a participação efetiva dos representantes da educação, ciência e cultura.

CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA DE LONDRES

Em 16 de novembro de 1945, a Conferência de Londres concluiu os seus trabalhos. Nessa data, foi assinada a Constituição da Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas — UNESCO.

CONSTITUIÇÃO DA UNESCO

PARTES PRINCIPAIS

Preâmbulo

Os governos dos Estados partes na presente Constituição, em nome de seus povos, declaram:

que, nascendo as guerras no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

que a incompreensão mútua dos povos foi sempre, no curso da história, a origem da suspeita e da desconfiança entre as nações, razão pela qual seus desacórdos degeneram freqüentemente em guerra;

que a grande e terrível guerra que acaba de terminar, se tornou possível pela renúncia do ideal democrático de dignidade, de igualdade e de res-

peito à pessoa humana e pela vontade de substituí-lo, explorando a ignorância e o preconceito, pelo dogma da desigualdade das raças e dos homens;

que a difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que tôdas as nações devem cumprir com um espírito de auxílio mútuo;

que a paz baseada exclusivamente em acôrdos políticos e econômicos entre governos não seria uma paz que asseguraria apoio unânime, duradouro e sincero dos povos e que, portanto, para ser eficaz deve ser baseada na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Por estas razões,

Os Estados partes nesta Constituição, acreditando em oportunidades de educação completa e igual para todos, na livre procura da verdade objetiva, no livre intercâmbio de idéias e de conhecimentos, decidem desenvolver e aumentar as relações entre os povos e empregar êsses meios para a mútua compreensão e conhecimento mais preciso e mais verdadeiro dos seus costumes;

Portanto,

Os Estados signatários desta Constituição criam a Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, a fim de atingir, gradativamente, pela cooperação dos povos nos domínios da educação, ciência e cultura, a paz internacional e a prosperidade comum da humanidade para cujo fim a Organização das Nações Unidas foi constituída, como a sua Carta o proclama.

Finalidades e atribuições

E' propósito da Organização contribuir para a paz e segurança, promovendo a colaboração entre as nações pela educação, ciência e cultura, a fim de assegurar o respeito universal pelo domínio do direito e da justiça, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais garantidas a todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, pela Carta das Nações Unidas.

A fim de realizar êsse propósito, a Organização:

a) colaborará no incremento do conhecimento mútuo dos povos por todos os órgãos de informação das massas e, para êste fim, recomendará tantos acôrdos internacionais quantos forem necessários para promover a livre circulação de idéias pela palavra e pela imagem;

b) imprimirá vigoroso impulso à educação popular e à expansão da cultura, colaborando com os membros, a seu convite, no desenvolvimento das atividades educativas:

— instituindo a colaboração entre nações a fim de elevar o ideal de igualdade de oportunidades educativas, sem distinção de raça, sexo ou outras diferenças econômicas ou sociais;

c) manterá, aumentará e difundirá o saber:

— velando pela conservação do patrimônio universal dos livros, das obras e de outros monumentos de interesse

histórico ou científico e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para êsse fim;

— encorajando a cooperação entre nações em todos os ramos da atividade intelectual, o intercâmbio internacional de representantes da educação, ciência e cultura assim como o de publicações de obras de arte, de material de laboratório e de toda documentação útil;

— facilitando, por métodos de cooperação internacional apropriados, o acesso de todos os povos ao que cada um dêles publicar;

Desejando preservar a independência, a integridade e a fecunda diversidade de culturas e de sistemas de educação dos Estados membros da presente Organização, esta não intervirá em qualquer matéria essencialmente relativa à jurisdição interna de cada Estado.

Membros

Os Estados membros da ONU terão direito de fazer parte da UNESCO. Os Estados não membros da ONU poderão ser admitidos como membros da UNESCO de acôrdo com recomendação do Conselho Executivo, por maioria de dois terços de votos da Conferência Geral.

Órgãos

A UNESCO é constituída de:

- Conferência Geral
- Conselho Executivo
- Secretariado

Conferência Geral

E' constituída de representantes dos Estados membros da Organização. O govêrno de cada Estado membro nomeará, no máximo, cinco representantes escolhidos após consulta feita ao Comité Nacional, se o houver, ou às instituições e órgãos educativos, científicos e culturais.

A Conferência Geral — estabelece a orientação geral da Organização, toma decisões sobre programas elaborados pelo Conselho Executivo; convoca, quando necessário, conferências internacionais a respeito de educação, ciência, humanidades e difusão do saber. Dá parecer à ONU sobre os aspectos educativos, científicos e culturais das questões que interessam às Nações Unidas. Recebe e examina relatórios que lhe são submetidos pelos Estados membros. Elege os membros do Conselho Executivo; nomeia o Diretor Geral.

Cada Estado membro tem um voto na Conferência Geral. As decisões são tomadas por simples maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.

A Conferência Geral reúne-se anualmente em sessão ordinária; pode reunir-se em sessão extraordinária por convocação do Conselho Executivo. No decorrer de cada sessão da Conferência Geral, será fixado o local da próxima sessão. A Conferência Geral criará comitês especiais e técnicos e outros organismos subsidiários que possam ser necessários às suas finalidades. Pode convidar, como observadores, representantes de organizações internacionais.

Conselho Executivo

E' composto de 18 membros eleitos por três anos, pela Conferência Geral, dentre os delegados nomeados pelos Estados membros. Na eleição desses membros devem ser incluídas pessoas competentes nas artes, humanidades, ciências, educação e difusão de idéias, qualificadas pela sua experiência e capacidade para o exercício dos deveres administrativos e executivos do Conselho. Deve, também, ser observado o critério de distribuição geográfica equitativa.

O Conselho Executivo, sob a autoridade da Conferência Geral, é responsável pela execução do programa adotado pela Conferência e prepara a sua agenda e seu programa de trabalho. Recomenda a admissão de novos membros na Organização. Adota seu regimento interno, reúne-se em sessão ordinária pelo menos duas vezes por ano e, em sessão extraordinária, por convocação de seu presidente ou a pedido de seis membros do Conselho. Os membros do Conselho exercerão os poderes a êles delegados pela Conferência Geral, em nome desta e não como representantes dos seus respectivos governos.

Secretariado

E' constituído de um Diretor Geral e do pessoal necessário. O Diretor Geral é nomeado pela Conferência Geral e é o funcionário de mais alta categoria na Organização. Participa, sem direito de voto, de todas as reuniões da Conferência Geral, do Conselho Executivo e dos Comitês da Organização. Nomeia o pessoal do Secretariado. A nomeação deverá ser feita tendo em vista base geográfica tão ampla quanto possível, entre indivíduos que reúnem a mais alta integridade, eficiência e competência técnica.

As responsabilidades do Diretor Geral e do pessoal têm caráter exclusivamente internacional. No cumprimento dos seus deveres, não procurarão receber instruções de qualquer govêrno ou de qualquer autoridade estranha à Organização. Todos os Estados membros comprometem-se a respeitar o caráter internacional das atribuições do Diretor Geral e do pessoal e a não procurar influenciá-los no cumprimento dos seus deveres.

Comissões nacionais de cooperação

Cada Estado membro toma as disposições apropriadas à sua situação particular, a fim de associar os principais grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação, da pesquisa científica e cultural, constituindo de preferência uma Comissão nacional.

As Comissões nacionais atuarão, onde existirem, com capacidade consultiva para as respectivas delegações junto à Conferência Geral e aos seus governos, em assuntos relativos à Organização.

Relatórios dos Estados membros

Cada Estado membro fará, periódicamente, um relatório à Organização.

Orçamento

A Conferência aprova o orçamento e fixa a participação financeira de cada Estado membro.

Relações com outras organizações e instituições internacionais especializadas

A Organização pode cooperar com as organizações e instituições intergovernamentais especializadas, cujos encargos e atividades estejam em harmonia com os seus. E'lhe facultado, também, cooperar com os organismos internacionais privados que se ocupam de questões que estejam no seu âmbito.

Outras disposições referem-se à situação jurídica da Organização, emendas, interpretação, entrada em vigor, etc.

COMISSÃO PREPARATÓRIA DA UNESCO

Na mesma data da assinatura da Constituição da UNESCO — 16-11-945, os representantes na Conferência de Londres firmaram, também, um acôrdo provisório destinado a constituir uma Comissão Preparatória da UNESCO.

Até que a Constituição da UNESCO entrasse em vigor, uma Comissão Preparatória ficaria encarregada de tomar tôdas as disposições para a realização da primeira sessão da Conferência Geral, além de outras medidas. Com êsse fim, a Comissão: a) convocaria a primeira sessão da Conferência Geral; b) prepararia a agenda provisória daquela sessão e todos os documentos e recomendações relativos às questões inscritas na agenda, inclusive as disposições concernentes ao Secretariado da Organização e à nomeação do seu Diretor Geral; c) faria estudos e prepararia recomendações referentes ao programa e orçamento da Organização, a fim de submetê-los à primeira sessão da Conferência Geral; d) tomaria, imediatamente, as medidas necessárias para a reconstrução educativa, científica e cultural nos países devastados pela guerra.

A Comissão, que seria composta de um representante de cada govêrno signatário do acôrdo, nomearia um Comitê Executivo, estabeleceria seu regimento interno, criaria os comitês necessários. Designaria um subcomitê técnico-especial encarregado de estudar os problemas relativos às necessidades dos países devastados pela guerra, nos domínios da educação, ciência e cultura, tendo em conta as informações já coligidas e as pesquisas realizadas por outras organizações internacionais. Nomearia um Secretário Executivo, que, com o pessoal da Secretaria, exerceria os poderes e as funções que lhe fôssem determinados.

Reunir-se-ia a Comissão Preparatória, pela primeira vez, em Londres, após a conclusão da Conferência, e continuaria a reunir-se naquela capital até o momento em que entrasse em vigor a Constituição da UNESCO.

Foi designado Secretário Executivo o Doutor Julian Huxley.

Realizou a Comissão cinco sessões, em Londres, duas no mês de novembro de 1945, e as outras em janeiro, fevereiro e julho de 1946. Transferiu-se para a cidade de Paris em setembro de 1946.

PRIMEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA GERAL.

Iniciou os trabalhos em novembro de 1946, em Paris. Havia cerca de 5.000 pessoas, entre delegados, assessores e observadores, representando 48 Estados. 30 Estados membros estavam representados; 13 países que tinham assinado a Constituição, mas não a tinham, ainda, ratificado, enviaram delegados, que participaram da Conferência sem direito de voto. Paraguai, Costa Rica, Suíça, Islândia e Suécia enviaram observadores. Além dos representantes da ONU, das agências especializadas das Nações Unidas, havia observadores de 12 organizações internacionais, cujos interesses estavam relacionados aos da UNESCO.

A primeira sessão do principal órgão da UNESCO foi realmente uma reunião de todas as forças que acreditam que a melhor contribuição para a manutenção da paz e desenvolvimento da compreensão internacional pode ser feita pela cooperação mundial e intercâmbio no campo da educação, ciência e cultura.

A Conferência tomou várias medidas, tais como a adoção de um orçamento para a UNESCO, a nomeação do Dr. Julian Huxley para Diretor Geral, a eleição dos membros do Conselho Executivo, a adoção de um programa da UNESCO para o ano de 1947.

A Comissão Preparatória deixou de existir quando o Diretor Geral assumiu as funções.

No próximo trabalho, analisaremos as principais atividades da UNESCO — de 1947 até 1950.

ESTADOS MEMBROS DA UNESCO

Em julho de 1949, eram os seguintes Estados membros da UNESCO :

Afganistão
Argentina
Austrália
Áustria
Bélgica
Birmânia
Bolívia

Brasil
Canadá
China
Colômbia
Cuba
Dinamarca
Egito
Equador
El Salvador
Estados Unidos da América
Filipinas
França
Grécia
Haiti
Holanda
Honduras
Hungria
Índia
Iran
Iraque
Itália
Líbano
Libéria
Luxemburgo
México
Mônaco
Noruega
Nova Zelândia
Peru
Polónia
Reino Unido
República Dominicana
Saúd Arábia
Síria
Suíça
Tchecoslováquia
Thailand (Sião)
Turquia
União Sul-Africana
Uruguai
Venezuela

O Dr. Jaime Torres Bodet, do México, é Diretor Geral da UNESCO desde dezembro de 1948. O Dr. Torres Bodet vem imprimindo vigoroso impulso às atividades do organismo que dirige.

(continua)

* * *

"A campanha em prol da revitalização dos Municípios brasileiros obteve na Carta Constitucional de 1946 uma vitória de inegável repercussão na reestruturação futura do País, mas essa conquista representa, ainda muito pouco e não deve ser considerada como suficiente para, por si só, promover a restauração do combalido organismo nacional, enfraquecido por graves e profundos erros políticos que, há séculos, minam e exaurem as fontes de vida do Brasil". — (Rafael Xavier — Revista do Parlamento, n.º 5, pág. 68 — 1947).